

**A HISTÓRIA NAS MARGENS: HISTORIOGRAFIA PRODUZIDA
POR MULHERES NO PORTUGAL SEISCENTISTA**

Lígia Bellini

Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Bahia

E-mail: ligiabellini@uol.com.br

Esta comunicação trata da proposta geral e de alguns resultados de projeto que vem sendo desenvolvido desde 2016, com o objetivo de discutir representações do passado e assuntos históricos de interesse no mundo português quinhentista e seiscentista, a partir de textos produzidos por mulheres. Por motivo das limitações de espaço, ao apresentar a concepção da pesquisa como um todo, que constitui o tema principal deste texto, serão abordadas brevemente as análises já realizadas dos escritos de autoras como Bernarda Ferreira de Lacerda (1595-1644) e Mariana de Luna (datas não conhecidas), publicados no século XVII.

Os séculos XVI e XVII foram marcados por um crescimento do interesse europeu pelo saber histórico e pelo processo concomitante de elaboração ou consolidação das categorias conceituais e procedimentos que o constituem, na época. Sobretudo a partir de meados de Quinhentos, verifica-se em Portugal a emergência de publicações voltadas tanto para uma história universal que reproduz um modelo herdado do período medieval, quanto para a antiguidade de regiões e cidades, além de uma produção que objetivava o registro das navegações e conquistas (GRAFTON, 2012; CURTO, 2007). A formação dos impérios coloniais deu ensejo a práticas narrativas que cumpriram a função de vincular os lugares e populações do ultramar ao antigo mundo europeu. Novas ideias políticas emergiram para dar conta de moldar as noções de poder e soberania do rei e da nação às novas realidades, entre as quais a da constituição dos Estados modernos. Uma implicação disto é que predomina, na historiografia da época e nos estudos a ela dedicados, a dimensão política associada à razão de Estado.¹

¹ Esse processo culminará, em Portugal, na fundação da Academia Real da História, em 1720, sob o patrocínio de D. João V. Era uma academia de Estado, cujos interesses principais giravam em torno do rei e da nação. Em sua análise dos fatores envolvidos na iniciativa régia, Íris Kantor a associa às “circunstâncias geopolíticas que estimularam a construção de um discurso historiográfico de defesa da nacionalidade portuguesa”, em um contexto de concorrência entre as nações européias (KANTOR, 2005, citação p. 259). Ver ainda MOTA, 2003, Parte I.

2

Em sua maior parte, os estudos sobre a literatura voltada para essas temáticas, no período aqui enfocado, contemplam uma produção majoritariamente de autoria masculina. A par de se conhecer uma proporção muito reduzida de escritos de mulheres que trataram de história, verifica-se a escassez de dados acerca das suas biografias e das circunstâncias em que redigiram e eventualmente publicaram os textos. Mas isto não significa que não tenham existido autoras que inclusive produziram escritos que enfocam diretamente uma história do governo e do Estado, mesmo que isto constituísse, na expressão de Nieves Baranda, uma “inusitada modernidade” (BARANDA, 2003, p. 225). Este é o caso de Bernarda Ferreira de Lacerda com a *Hespaña libertada* (cuja segunda parte foi publicada postumamente por sua filha Maria Clara de Meneses), que trata da reconquista da Península Ibérica aos muçulmanos (LACERDA, 1618; 1673);² e de Mariana de Luna, autora de uma coletânea de poemas dedicados à Restauração portuguesa, publicados na forma de livro, intitulado *Ramalhete de flores: a felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa restauração por Sua Magestade Dom João IV* (1642). Esta última obra é considerada parte de um conjunto de escritos (designados como “papéis”), engajados no esforço de legitimação da independência do reino de Portugal e da monarquia brigantina recém instalada (ANASTÁCIO, 2012). Em uma linguagem com forte acento humanista, permeada de analogias com a Antiguidade, a autora constrói um relato sobre a coroação de D. João IV, argumenta em favor da pertinência dos conflitos com Castela que levaram à obtenção da autonomia política, e realça o poder de Portugal e do próprio rei, salientando o papel da memória, inclusive da memória escrita, na construção e preservação da glória do governante e da nação (LUNA, 1642).³ Como nota Vanda Anastácio, o levantamento sistemático em arquivos e bibliotecas em Portugal, especialmente na primeira década deste século, de manuscritos e impressos produzidos por mulheres, trouxe à tona uma diversidade de textos de interesse (ANASTÁCIO, 2012, p. 178), entre os quais se encontram diversos relacionados à história.

² Ao explorar modos de transmissão de obras da época e maneiras de entender a figura do autor, Ramada Curto considera que esta última podia ser concebida no interior da lógica da sucessão familiar, o que parece ser o caso da segunda parte da *Hespaña libertada* (CURTO, 2007, p. 117).

³ O primeiro poema da coletânea trata da coroação de D. João IV; e o quarto dos conflitos com Castela e suas implicações. A propósito das concepções sobre memória e história, ver as estrofes 3, 4 e 5 do quarto poema (fólios do livro sem numeração).

3

Além de fatores diretamente ligados à monarquia e ao Estado, há outros tipos de motivações e recortes temáticos na escrita da história no mundo português moderno. Um exemplo é o número apreciável de crônicas ou histórias versando sobre mosteiros femininos e masculinos,⁴ que trazem uma diversidade de informações sobre vínculos, negociações e por vezes conflitos envolvendo os conventos e províncias, famílias nobres e a corte, relações das quais a própria escrita das crônicas pode ser considerada parte integrante. Tais vínculos incluem o ingresso de membros dessas famílias nos mosteiros, manifestações de fidelidade política por parte das comunidades religiosas e favores da nobreza a elas, entre outras práticas. Crônicas conventuais, que discorrem sobre a trajetória das comunidades no decorrer de longos períodos, sobre eventos relevantes a elas relacionados e sobre biografias de membros veneráveis, evidenciam os modos pelos quais elas se posicionaram diante de transformações nas esferas de poder (BELLINI e PACHECO, 2012).

Entre os textos de história produzidos por mulheres fora do domínio monástico, no Portugal moderno, além dos casos citados anteriormente, encontra-se os de autoria de Leonor de Noronha, que traduziu, para o vernáculo, em meados do Quinhentos, a *Cronica geral* de Marco Antonio Sabelico, uma obra que teve papel relevante na difusão do interesse pela história em terras lusitanas (NORONHA, 1550; 1553).⁵ Esta autora também publicou, no mesmo período, tradução para o português de uma *Historia de nossa redenção*, tratando da vida de Cristo, em duas partes (NORONHA, 1552; 1554).

O exame da trajetória e da rede de relações de Bernarda Ferreira de Lacerda e de Mariana de Luna dá indicação dos modos como essas mulheres, que integravam as elites ibéricas, interagiram com seu meio. Fizeram uso de uma série de expedientes para viabilizar a divulgação das suas obras, alguns dos quais ficam evidenciados no aparato paratextual das edições, assim como nos escritos de autores com quem estiveram associadas. Constituem exemplos ilustrativos a dedicatória do primeiro volume da

⁴ Não há um padrão estabelecido quanto às denominações que os autores dão a esses escritos. Os termos “crônica”, “história”, “tratado” e “notícia” são em geral usados como equivalentes e intercambiáveis, fato também observado por Kate Lowe em seu estudo sobre crônicas conventuais femininas na Itália moderna (LOWE, 2003, cap. 1). É preciso notar, no entanto, que formulações encontradas em diversas crônicas religiosas setecentistas indicam uma valorização da história como superior às demais formas.

⁵ A *Cronica geral* de Sabelico foi originalmente publicada em 1498-1504.

4

Hespaña libertada a Filipe III e do segundo volume à rainha Isabel da Espanha, bem como os diferentes indícios que apontam para a ideia de que a escrita e publicação do livro resultou de um processo intencional de promoção da autora, levado a efeito pelo grupo familiar (BARANDA, 2003, p. 236-237). Adicionalmente, já no que é referido nas biografias de Lacerda como “idade pueril”, ela teria convivido com literatos como Lope de Vega (1562-1635) e João Peres de Montalvão, que foram seus professores de poesia. O primeiro a elogiar em “Laurel de Apolo” (1630) e lhe dedicou um panegírico nas *Rimas humanas y divinas del licenciado Tomé de Burguillos* (1634) e sua écloga “Filis” (1635), e ela escreveu canção em sua homenagem, por ocasião da morte deste (1636). Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) lhe dedicou a fábula de “Pan e Apolo” (na *Fuente de Aganipe y Rimas varias*, 1644-1646) e Violante do Céu (1607-1693) compôs, em sua homenagem, os sonetos LXXXVII e LXXXVIII do *Parnaso Lusitano* (1733; edição póstuma). Lacerda também contribuiu com seus versos em: *Ulyssea, ou Lysboa edificada* (1636), de Gabriel Pereira de Castro; *Lacrymae lusitanorum...* (1631), de Gaspar Pinto Correa; *Canción real al Ave María* (1635), de Juan Bautista Alexandre; e *Malaca conquistada* (1634), de Francisco de Sá e Menezes (BARROS, 1924, v. I, p. 171, 174, 181, 234 e 235; BARBOSA MACHADO, 1741, Tomo I, p. 513-515; BARANDA, 2003; MORUJÃO, 1997).

O pouco que se sabe sobre Mariana de Luna é informado no *Portugal Ilustrado pelo sexo feminino*, de Diogo Manuel Ayres de Azevedo (AZEVEDO, 1734); no *Theatro Heroico, abcdario histórico, e catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens heróicas, e Artes liberaes*, do Frei João de São Pedro (PERIM, 1740); e na *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (BARBOSA MACHADO, 1752, Tomo III, p. 431-432). Luna era filha de um lente da universidade e consta, na capa do *Ramalhete*, que a publicação foi custeada por ela. O livro é dedicado a D. João IV. O fato de os poemas que compõem a coletânea terem sido escritos em português e castelhano, mormente neste último idioma, sugere a intenção de ampliar a difusão do livro, possivelmente entre leitores ibéricos, um propósito também expresso por Lacerda, em suas obras (LACERDA, 1634, Prólogo; 1618, I, 5; I, 6; e I, 7). Ambas as autoras investigadas integravam o grupo de escritoras portuguesas e castelhanas do chamado “Século de ouro” a que Baranda faz referência como “escritoras sem fronteiras”,

5

enfazando os aspectos comuns e a circulação intelectual entre Portugal e Espanha de meados do século XVI até finais do XVII (BARANDA, 2005).

Na pesquisa, busco primeiramente respostas para a pergunta que dá título a um dos estudos que são referência no projeto aqui examinado: o que era história? Considerando-se o fenômeno de um modo mais geral, autores que se dedicaram à investigação da disciplina nos começos do período moderno observam diferenças nas concepções e práticas relativas a ela, quando se compara os séculos XVI e XVII. Se no primeiro predominava, na historiografia, o influxo de modelos narrativos do Renascimento italiano, observa-se uma transformação nesse quadro na primeira metade de Seiscentos. A história renascentista estava vinculada à arte clássica da retórica. Fundava-se no pressuposto de que a boa história devia narrar eventos passados de uma forma ao mesmo tempo precisa, prudente e eloquente. Seus leitores buscariam nela a possibilidade de compreender as intenções políticas dos governantes do passado, assim como de instruir-se a propósito de preceitos morais e suas aplicações, ilustrados nos exemplos históricos. No século XVII, o papel central do historiador passa a ser o de pensar criticamente e avaliar evidências de modo criterioso. Caberia a ele a pesquisa rigorosa e o exame cuidadoso das fontes, e o dever de apresentar suas conclusões aos leitores em prosa direta (GRAFTON, 2012, p.1-61; e 2005).⁶ Na formulação de Manuel Severim de Faria, em sua discussão sobre os preceitos do ofício de historiador, suas “essências” eram “verdade, clareza, & juízo” (FARIA, 1624, fol. 39r). Ramada Curto, em análise dos ambientes letrados em Portugal neste último período, aponta a escrita da história como um dos elementos mais significativos no processo de diferenciação dos saberes em relação ao século anterior, maiormente influenciado pelo humanismo renascentista, em que “os modelos do passado encontram a sua expressão no recurso a mitos de origem e de utilização política (caso do mito da Idade de ouro, no modelo do Juízo Final) ou no recurso a personagens simbólicas (reis e heróis)”. Na “historiografia barroca” do século XVII “a história passa de um saber transmitido a conhecimento assumidamente construído” (CURTO, 1988, citação p. 26).

⁶ É preciso ter em conta, no entanto, que certas características que se tornaram predominantes no Seiscentos – a exemplo do exame crítico das fontes, incluindo documentos de arquivo, inscrições e vestígios materiais – já são visíveis entre historiadores italianos no Renascimento (CONNELL, 2013, esp. p. 347 e 353).

6

Uma ilustração da tendência a um maior distanciamento da disciplina em relação aos artifícios literários comuns no período anterior são as discussões sobre a licitude de o historiador incluir, em sua narrativa, discursos por ele criados que teriam sido supostamente pronunciados por seus personagens, como era habitual desde os antigos. A escrita da história, de acordo com a tradição clássica adotada no Renascimento, era predominantemente uma questão de definir artefatos que possibilitassem instruir, e tocar, o leitor. Além dos discursos, o leque de ornamentos retóricos incluía ensaios morais, digressões sobre a topografia e a descrição vívida de episódios como batalhas, entre outros elementos. No Seiscentos, observa-se nos debates a ideia de que, mesmo que tivesse boas razões para atribuir planos e argumentos a um personagem, o historiador deveria simplesmente referi-los em seu próprio argumento. Em paralelo a isto, emerge a proposição de que trechos relevantes das fontes deveriam ser citados literalmente (GRAFTON, 2012, p. 9-12).

O crescimento da ideia de que o trabalho do historiador precisava basear-se em documentação que pudesse ser consultada pelo leitor e cotejada com a interpretação do autor, ou que ao menos conferisse credibilidade a sua análise, foi acompanhado por diligências na organização de arquivos e na recolha de fontes. No tocante a Portugal, constituem evidências desse esforço as medidas para preservar e regulamentar a Torre do Tombo em 1644, e para ordenar e catalogar a biblioteca e cartório da Universidade de Coimbra, além da valorização de arquivos de família e de documentos que se encontravam em câmaras e vilas (CURTO, 1988, p. 26-30; SERRÃO, 1973, p. 21-29). Conjuntamente teve lugar, na Europa em geral e na Península Ibérica em particular, uma “moda do colecionismo” de pinturas, esculturas, tapeçaria, bem como outros objetos, animais e plantas (MEGIANI, 2009).

Grafton centra sua análise nas *Artes Historicae* publicadas nos finais do século XVI, justificando sua escolha com a afirmação de que este gênero tanto contribuiu para moldar, quanto refletiu as práticas e ideias dos leitores e autores de história do período.⁷ Postula que as artes da história eram parte do amplo esforço, feito nos começos da

⁷ Há autores, no entanto, que argumentam que o crescimento dessa “arte da história” acadêmica teria contribuído para um declínio da historiografia enquanto produção de textos sobre o passado (CONNELL, 2013, p. 360).

7

época moderna, no sentido de capturar e utilizar o universo de aspectos particulares, de ordem natural, humana ou outra. Segundo ele, observa-se, no gênero, a interação entre concepções tradicionais e inovação. Um indício de que continuidade e mudança estão presentes também nas fontes e domínios investigados na presente proposta encontra-se na dedicatória de Leonor de Noronha à rainha Catarina, na sua tradução da *Cronica geral* de Sabelico. Ao tempo em que, ao modo renascentista, reproduz a concepção ciceroniana da história – "porque sabendo as [verdades] passadas, conhecemos melhor as presentes" – a autora procura adaptá-la às novas realidades vividas pelos portugueses com a expansão marítima, qualificada como capaz de "escurecer o lume dos [feitos] que fizeram os antigos, Gregos e Romanos". Ao fazer o elogio dos novos tempos, afirmando que tinham superado os antigos, Noronha estava em harmonia com concepções expressas em discursos celebratórios associados ao rei e ao universo da corte em Portugal, desde finais do século XV (CURTO, 2007, p. 91-93).

As *Artes Historicae* em geral apontam a existência de homologias entre a história e outras formas de saber empírico. Destacam, por exemplo, os componentes visuais da disciplina associados às tábuas cronológicas e aos mapas; e o conhecimento da natureza que dela derivava. Estas concepções encontram-se também nas reflexões de Manuel Severim de Faria sobre a história (FARIA, 1624, fol. 40v-42r). Alguns entre os seus autores também propunham uma identidade entre todas as formas de história – divina, natural ou humana. Os textos investigados na pesquisa que venho realizando evidenciam a atenção dada ao conhecimento do clima, da fauna e da flora, assim como da geografia e dos trajetos de viagem, por terra e mar (Bellini, 2019, p. 8-9; LUNA, 1642, *passim*).

Ramada Curto, em seu estudo do tema historiografia e memória no Portugal do século XVI, destaca três momentos do campo historiográfico, com características particulares. Tem especial interesse aqui a configuração que emerge nas décadas de 1550 e 1560, assim como a dos finais do século XVI. O autor observa, a partir de 1540, mudanças cujos resultados se expressam numa gama de obras publicadas em meados do século. Uma primeira vertente editorial do período consiste em publicações cuja temática segue o modelo de história universal que "articula a fábula da gênese dos povos com a apologia da Igreja" e que se vincula a uma tradição de raízes medievais.

8

Nesta vertente insere-se a *Cronica geral* de Sabelico traduzida por Leonor de Noronha e, da mesma forma, a tradução da autora para o português da *Historia de nossa redenção*, em que se estabelece uma ligação entre a biografia de Cristo e a história geral do homem. A par dessa tendência, encontra-se um gênero que combina o elogio de uma localidade, uma cidade ou região, e o interesse pelas suas antiguidades. Constituem exemplos do gênero *Vincentius levita et martyr* e *Historia da antiguidade da cidade Evora* (1553), de André de Resende; e *Urbis Olisiponis descriptio* (1554), de Damião de Góis. *Soledades de Buçaco*, de Bernarda Ferreira de Lacerda, traz marcas da moda dos encômios de determinados lugares. Por fim, deve ser destacada, na configuração de meados do Quinhentos, a corrente de historiografia ultramarina, exemplificada pela *Historia da descoberta e conquista da India pelos portugueses* (1552-1561), de Fernão Lopes de Castanheda e pela *Ásia*, de João de Barros e Diogo do Couto (edição completa 1777-1778) (CURTO, 2007, p. 104ss; 2009).

O campo historiográfico dos finais do século XVI é marcado pelo interesse dos autores e do público pelas histórias nacionais. Ramada Curto cita, como exemplos do gênero, *De antiquitatibus Lusitanae*, de André de Resende (1593 e 1597); *Dialogos de varia historia*, de Pedro de Mariz (1594 e 1599); *Relacion de las vidas y hechos de los reyes de Portugal*, de Fernando de Goes Loureiro (1596); a *Monarchia lusitana*, de Bernardo de Brito (1597); a *Descrição do reino de Portugal* e a *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão (respectivamente 1599 e 1600). Qualifica essas obras como tendo contribuído para “uma tematização do que se considera ser a nação: o seu passado, os actos dos seus reis e heróis, o seu território, os seus recursos, etc.” (CURTO, 2007, citação p. 114). O *Ramalhete de flores* de Mariana de Luna, a *Hespaña libertada* de Bernarda Ferreira de Lacerda e alguns dos poemas de Violante do Céu podem ser associados a essa vertente.

No estudo que venho desenvolvendo sobre Bernarda Ferreira de Lacerda, optei inicialmente por dar maior enfoque a uma obra menos conhecida que a *Hespaña libertada*, a saber, *Soledades de Buçaco*, uma coletânea de narrativas em verso sobre o convento carmelita masculino de Santa Cruz do Buçaco (LACERDA, 1634). Esta obra ilustra o crescimento do relevo dado, nos ambientes letrados no Portugal do Seiscentos, ao menos em campos como a história e a geografia, ao saber fundado em evidências e

9

construído de modo fiel a elas. Se observa, no texto, o apreço pelo detalhe nas referências à história de Portugal, à configuração geográfica e ao mundo natural. O estudo também indica que a autora, no universo em que logrou circular e no qual ocupou lugar destacado como integrante das elites letradas, fez uso da sua notoriedade para promover o culto e o poder da ordem do Carmelo, à qual se manteve ligada como protetora e, ao final da vida, vestindo o hábito de terceira carmelita (BELLINI, 2019).

Para finalizar, é necessário tratar da questão inescapável do que poderia haver de específico em uma escrita da história feita por mulheres. Os estudos realizados até o momento sugerem uma escrita mais pessoal, que se expressa nas declarações de vinculação de Bernarda Ferreira de Lacerda à ordem do Carmelo, em *Soledades de Buçaco*, e o acento na própria voz, por esta autora, em diversos textos que redigiu, e por Mariana de Luna, no *Ramalhete de flores*. Estas obras trazem a chamada “fórmula da modéstia”, “um *mea mediocritas* próprio de uma escrita feminina”, por meio de que as autoras do período procuravam apresentar um atenuante para a ousadia de realizarem uma atividade em grande medida considerada inadequada para o seu gênero, alegando suas limitações. Este, como nota Isabel Morujão, representa mais um “tópico de humildade epocal” do que a crença sincera na própria inferioridade (MORUJÃO, 2013, p. 64-65).⁸ Conquanto se observem, do século XVI ao XVIII, maiores possibilidades para a escrita de mulheres, especialmente para as religiosas, a norma geral era que, em vez de procurarem tomar a palavra publicamente, se associassem a papéis ligados às ideias de recato, discrição, humildade e recolhimento, atributos mais compatíveis com seu lugar de guardiãs da família e da sua honra. As concepções acerca das diferenças entre os gêneros e entre as funções que era esperado que desempenhassem, distinções tidas como fundamentais para a preservação do ordenamento da vida social, são frequentes na tratadística de cunho moralizante produzida no Portugal dos séculos XVI e XVII (FERNANDES, 1995).

Nos textos que escreveu, Lacerda expressa seu interesse e mesmo um certo questionamento no que toca ao lugar da mulher na sociedade da época. Em *Soledades*

⁸ A expressão “fórmula da modéstia” é usada por Grace Jantzen para designar os modos como visionárias, no período medieval, ao mesmo tempo afirmavam seu pouco valor e reivindicavam autoridade espiritual (JANTZEN, 1995, p. 68).

10

de Buçaco, ela manifesta seu desacordo em relação às disposições que proibiam aos frades de verem mulheres, mesmo as jovens pastoras das comunidades de camponeses das cercanias do convento. Argumenta que a própria reforma dos Carmelitas se devia a uma mulher, que ela mesma tinha elegido como “principal patrona”, e ainda que a Virgem, fonte de todas as graças, também era mulher. E segue afirmando a força de Santa Teresa, cuja doutrina e exemplo, expressos por meio dos livros que ela própria escreveu, haviam fundado a lei que tornava os frades “valorosos” e os fortalecia (LACERDA, 1634, fol. 47r e 47v). Esta afirmação remete à ideia de que o vínculo com a santa de Ávila, modelo de mulher escritora por excelência, cuja trajetória é considerada como tendo contribuído para incrementar a valorização da produção literária feminina, pode ter influenciado decisivamente a educação de Bernarda e sua vocação (BARANDA, 2003, p. 234). A atenção com respeito à condição feminina também se evidencia em uma passagem da correspondência dirigida por Lacerda a D. João IV, em que solicita auxílio para os missionários carmelitas na Índia. Na missiva, ela coloca a “fazenda da casa” e os dois filhos a serviço do rei “em lugar da vida” que, “por razão da pouca liberdade das mulheres”, não podia sacrificar às armas (BARROS, 1924, v. I, p. 182). Adicionalmente encontra-se, em *Hespaña libertada*, uma defesa das mulheres e de sua educação (BARANDA, 2003, p. 231-232).

A relevância desta proposta, em meu entender, reside no fato de que contribui para ampliar o conhecimento da variedade de enfoques e usos do passado em domínios mais afastados dos centros de governo e de produção erudita. Mesmo tendo-se em conta a origem e as vinculações sociais dessas escritoras, é importante retomar a formulação de Natalie Davis de que, nos ambientes letrados e nas hierarquias políticas da Europa moderna, as mulheres encontravam-se mais comumente “nas margens”. Ou estavam afastadas dos centros de poder ou, se inseridas neles (e.g. na corte), ocupavam, de modo geral, lugares de menor destaque. Estavam também relativamente mais distantes dos espaços institucionais de intercâmbio erudito, assim como de posições que lhes permitissem exercer ampla influência cultural. No entanto, como argumenta Davis, a ideia de “margem” deve ser entendida como a de “uma região limítrofe entre depósitos culturais que permitiam novos cultivos e híbridos surpreendentes” (DAVIS, 1997, esp.

11

p. 195-196). As reflexões de Davis são adequadas para o estudo do mundo português moderno (BELLINI e PACHECO, 2018).

A análise comparativa entre as concepções de história objeto desta proposta e os principais elementos do campo historiográfico moderno, de acordo com os quadros traçados em trabalhos como os de Ramada Curto, no tocante a Portugal, e Grafton, no que se refere ao universo europeu como um todo, possibilita fazer inferências sobre a apropriação do que era lido pelas autoras, sua percepção dos processos históricos que vivenciavam e a relação das suas ideias com os contextos em que foram produzidas. Evidentemente, a abordagem aqui discutida requer o exame das obras históricas que tiveram maior difusão, no período, entre as quais livros dedicados a ensinar como escrever história (CORDOBA, 1611; MOYNE, 1676; JOSÉ, 1651; FARIA, 1621-1626 e 1624). Uma análise da perspectiva do conceito de apropriação permite, na formulação de Chartier, “a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem” (CHARTIER, 1995, p. 184). Esta abordagem busca associar as diferentes formas de utilização do equipamento intelectual e simbólico aos ambientes sociais. Neste sentido, como propõe Chartier, tem como pressuposto que as representações vinculam-se a uma maneira própria de estar no mundo, a táticas e estratégias que interagem com as de outros agentes culturais (CHARTIER, 2002, p. 15-18), possibilitando, assim, uma compreensão do lugar das mulheres nesse universo.

Fontes impressas

AZEVEDO, Diogo Manuel Ayres de. **Portugal Ilustrado pelo sexo feminino, noticia histórica de muytas heroínas Portuguezas que florecerão em Virtude, Letras, e Armas**, Tomo I. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1734.

BARBOSA MACHADO, Diogo. **Bibliotheca Lusitana**. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-59.

CORDOBA, Luis Cabrera de. **De historia, para entenderla y escribirla**. Madri: Luis Sanchez, 1611.

12

FARIA, Manuel Severim de. Partes e preceitos da Historia. In: FARIA. **Obras várias**, manuscrito, 1621-1626.

_____. Vida de João de Barros. In: FARIA. **Discursos varios políticos**. Évora: Manoel Carvalho, 1624, fol. 22r-59r.

JOSÉ, Geronimo de S.. **Genio de la Historia**. Saragoza: Diego Dormer, 1651.

LACERDA, Bernarda Ferreira de. **Hespaña libertada**. Lisboa: Officina de Pedro Crasbeeck, 1618.

_____. **Soledades de Buçaco**. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1634.

_____. **Hespaña libertada**, Parte segunda, publicada por MENESES, Maria Clara de. Lisboa: João da Costa, 1673.

LUNA, Mariana de. **Ramalhete de flores**: a felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa restauração por Sua Magestade Dom Joaõ IV... Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642.

MOYNE, Pedro. **Arte de Historia**. Madri: Imprenta Imperial, 1676.

NORONHA, Leonor de. **Coronica geral de Marco Antonio Cocio Sabelico, des ho começo do mundo, ate nosso tempo**. Tresladada de latim em lingoagê Portugues por Dona Lianor filha do Marques de Vila real Dom Fernando [...]. Coimbra: João da Barreira e João Alvares, 1550 (outra edição 1553).

_____. **Este liuro he do começo da historea de nossa rede[n]çam que se fez pera consolação dos que nam sabe[m] latim...** Lisboa: Germão Galharde, 1552.

_____. **Esta he a segunda parte da historia de nossa redenção que se fez pera consolaçã dos que não sabe[m] latim...** Coimbra: João de Barreira, 1554.

PERIM, Damião de Froes (Frei João de São Pedro). **Theatro Heroino, abcedario histórico, e catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens heróicas, e Artes liberaes**, Tomo II. Lisboa Occidental: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1740.

Referências

ANASTÁCIO, Vanda. Mulheres e bibliografia material: ^[1]^[2]O *Ramalhete de Flores* de D. Mariana de Luna. **eHumanista**, v. 22, 2012. Disponível em: https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/eh

13

[umanista/volume22/8%20Anastacio.pdf](#). Acesso em: 20/11/2018.

BARANDA, Nieves. Mujer, escritura y fama: *la Hespaña libertada* (1618) de Doña Bernarda Ferreira de Lacerda. **Península. Revista de Estudos Ibéricos**, Porto, n. 0, 2003, p. 225-239.

_____. Escritoras sin fronteras entre Portugal y España en el Siglo de Oro (con unas notas sobre dos poemas femeninos del siglo XVI). **Península. Revista de Estudos Ibéricos**, Porto, n. 2, 2005, p. 219-236.

BARROS, Thereza Leitão de. **Escritoras de Portugal**. Génio feminino revelado na literatura portuguesa. Lisboa: s.e., 1924, 2 vols.

BELLINI, Lígia. Espiritualidade e práticas da escrita no mundo ibérico moderno: a propósito de Soledades de Buçaco (1634), de Bernarda Ferreira de Lacerda. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 16, ano XVI, n. 1, Jan/Jun 2019. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF43/dossie_4_historia_literatura_religiao_Ligia_Bellini_fenix_jan_jun_2019.pdf. Acesso em: 18/07/2019.

BELLINI, Lígia e PACHECO, Moreno Laborda. Memória conventual e política em Portugal no Antigo Regime. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, 2012, p. 49-68.

_____. *Performance* religiosa e mobilidade social de mulheres no Portugal dos séculos XVII e XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 77, Abril 2018, p. 13-35.

CHARTIER, Roger. ‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

CONNELL, William. Italian Renaissance Historical Narrative. In: WOOLF, Daniel; RABASA, José; SATO, Masayuki; e TORTAROLO, Edoardo (eds.). **The Oxford History of Historical Writing**. Volume 3: 1400-1800. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 347-363.

CURTO, Diogo Ramada. **O discurso político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Centro de Estudos de História de Cultura Portuguesa, 1988.

_____. Historiografia e memória no século XVI. In: CURTO. **Cultura escrita (séculos XV a XVIII)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 91-118.

_____. As décadas de 1550 e 1560. In: CURTO. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2009, p. 121-141.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

GRAFTON, Anthony. The identities of history in early modern Europe: prelude to a study of the *Artes historicae*. In: POMATA, Gianna e SIRAISSI, Nancy G. (ed.). **Historia. Empiricism and erudition in early modern Europe**. Cambridge, Mass. e Londres: MIT Press, 2005, p. 41-74.

_____. **What was history?: the art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press; Canto Classics, 2012.

JANTZEN, Grace. “Cry out and write”: mysticism and the struggle for authority. In: SMITH, Lesley and TAYLOR, Jane H. M. (eds.). **Women, the book and the godly** (Selected proceedings of the St. Hilda’s Conference, 1993, vol. 1). Cambridge: D. S. Brewer, 1995, p. 67-76.

KANTOR, Íris. A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madrid (1648-1750). In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 257-276.

LOWE, Kate. **Nuns’ chronicles and convent culture in Renaissance and Counter-Reformation Italy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MEGIANI, Ana Paula. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha – sécs. XV-XVII. In: ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula (orgs.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 165-185.

MORUJÃO, Isabel. Bernarda Ferreira de Lacerda. In: **Biblos**. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, Lisboa: Verbo, 1997, v. II, p. 1327.

_____. **Por trás da grade: poesia conventual feminina em Portugal (séculos XVI-XVIII)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2003.

15

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa: doutrina e crítica**. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.